

Índice

<i>Nota Prévia</i>	11
<i>Indicação sobre citações</i>	13
<i>Principais siglas e abreviaturas</i>	15
Introdução	17
1. Objeto de investigação, metodologia e plano da exposição	17
1.1. Escolha do objeto de investigação	17
1.2. Delimitação do objeto de investigação	20
1.3. Metodologia e plano da exposição	22
2. Opções conceptuais e terminológicas	26
2.1. “Violência” ou “maus-tratos”	26
2.2. Estado e intervenção do Estado	28

PARTE I

A RELAÇÃO PATERNO/MATERNO-FILIAL. VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA. PROTEÇÃO JURÍDICA DA CRIANÇA

Capítulo 1.º – A família. Direitos e deveres dos sujeitos da relação paterno/materno-filial	33
1.1. O reconhecimento jurídico-internacional e jurídico-constitucional da família. O princípio da não ingerência	33
1.2. Os sujeitos da relação jurídica paterno/materno-filial: os progenitores e os filhos	39

1.3. Noção, natureza jurídica, características e conteúdo das responsabilidades parentais	42
1.4. Os direitos e os deveres dos filhos	52
Capítulo 2.º – A violência contra as crianças	55
2.1. Sentido atual do conceito de violência contra as crianças nas ciências humanas	55
2.2. O conceito jurídico de violência	61
Capítulo 3.º – A proteção jurídica da criança	67
3.1. Evolução histórica das perceções da infância e sua repercussão nas relações paterno/materno-filiais	67
3.2. A experiência de proteção em Portugal, da Lei de Proteção à Infância à LPCJP	80
3.3. A proteção jurídica da criança a nível internacional: a ONU, o Conselho da Europa e a União Europeia.	85

PARTE II

VIOLÊNCIA PARENTAL E INTERVENÇÃO DO ESTADO: A QUESTÃO À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS

Capítulo 1.º – Conflito de valores e fundamento da intervenção no contexto da violência parental	115
1.1. A proteção da criança contra a violência parental no direito português: evolução histórica e enquadramento jurídico-constitucional	115
1.2. O conflito de valores. Conflito de valores: limites imanentes e abuso institucional do direito (?)	119
1.3. Fundamento da intervenção. A intervenção do Estado como exceção ao princípio da não ingerência. Requisitos da sua admissibilidade	129
1.3.1. Violência parental e intervenção do Estado: o princípio fundamental do superior interesse da criança	137
1.4. Nota conclusiva – a jurisprudência e a interpretação dos requisitos de admissibilidade da intervenção; consequências (?)	145

Capítulo 2.º – A intervenção no contexto da violência parental	149
2.1. Intervenção preventiva primária, intervenção preventiva secundária e intervenção preventiva terciária	149
2.2. A intervenção preventiva primária	151
2.3. A intervenção preventiva secundária e terciária. Preponderância desta espécie de intervenção	162
Capítulo 3.º – A intervenção de natureza penal	165
3.1. Os crimes de violência doméstica e de maus-tratos a menor	165
3.1.1. Evolução legislativa	165
3.1.2. O bem jurídico protegido	173
3.1.3. A conduta típica. Os pressupostos da intensidade(?) ou reiteração(?): a relação de especialidade entre os artigos 152.º e 143.º do CP	189
3.1.4. Da responsabilização jurídico-penal do progenitor pela inflição de castigos corporais ao abrigo do artigo 152.º do CP	195
3.1.4.1. Questão prévia: os castigos corporais na sociedade e na pedagogia a partir do século XVII	196
3.1.4.2. Os castigos corporais e a Recomendação 1666 (2004) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa. Soluções adotadas em Portugal e em outros ordenamentos jurídicos quanto à proibição dos castigos corporais	203
3.1.4.3. Direito de correção ou direito de educação	213
3.1.4.4. A fronteira material entre o castigo legítimo do filho e o artigo 152.º do CP: o Acórdão do STJ de 5 de abril de 2006	224
3.1.4.5. A (des)responsabilização jurídico-penal do progenitor pela inflição de castigos corporais: Exclusão do Tipo?	233
3.1.4.6. A (des)responsabilização jurídico-penal do progenitor pela inflição de castigos corporais: Justificação?	241
3.1.4.7. A (des)responsabilização jurídico-penal do progenitor pela inflição de castigos corporais: Desculpação?	246
3.1.4.8. A (des)responsabilização jurídico-penal do progenitor pela inflição de castigos corporais: posição adotada	251
3.1.4.9. A responsabilização jurídico-penal do progenitor pela inflição de castigos corporais: alternativa jurídico-processual – suspensão provisória do processo. Sua distinção da suspensão da execução da pena de prisão	254

3.1.5. O tipo subjetivo de ilícito. Proposta de <i>lege ferenda</i>	276
3.1.6. As penas acessórias previstas no artigo 152.º, n.º 4, do CP: proibição de contacto com a vítima; proibição de uso e porte de armas; obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica	280
3.1.7. A pena acessória prevista no artigo 152.º, n.º 6, do CP: inibição do exercício das responsabilidades parentais	283
3.1.8. Algumas considerações sobre a aplicação das penas acessórias no âmbito do artigo 152.º do CP	284
3.2. O crime de maus-tratos	294
3.2.1. O crime de violência doméstica e o crime de maus-tratos – pontos de contacto	295
3.3. A Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas	301
Capítulo 4.º – Da intervenção de natureza não penal	307
4. 1. A necessidade de intervenção de natureza não penal: a (in)adequação (?) e a (in)suficiência (?) da reação penal – o superior interesse da criança e o princípio da não ingerência na família	307
4.2. Intervenção de natureza transitória e intervenção de natureza não transitória	310
<i>Secção I – A Lei de Proteção às Crianças e Jovens em Perigo como intervenção de natureza transitória</i>	312
1.1. Âmbito subjetivo de aplicação da LPCJP: o conceito de <i>crianças e jovens</i> presente na LPCJP	312
1.2. Os princípios orientadores da intervenção: conteúdo e interpretação jurisprudencial; o desafio da harmonização	315
1.3. O processo de promoção e proteção: competência; pressupostos materiais e pressupostos formais; alguns problemas relativos à verificação dos pressupostos formais	325
1.4. Medidas de promoção e proteção. Medidas Cautelares – alguns problemas práticos relativos à sua aplicação. Dúvidas quanto à duração, revisão e cessão das medidas de promoção e proteção	340
1.5. Pontos fortes e fragilidades da LPCJP: da teoria à prática	355

<i>Secção II – A intervenção de natureza não transitória</i>	367
2.1. Introdução	367
2.2. Regulação e alteração das responsabilidades parentais	369
2.3. Limitações ao exercício das responsabilidades parentais	373
2.4. A Violência parental como fundamento de inibição do exercício das responsabilidades parentais	376
2.5. A tutela e o apadrinhamento civil como forma de suprimento do exercício das responsabilidades parentais em consequência da inibição do seu exercício pelos progenitores. Diferenças e pontos de contacto. As vantagens do apadrinhamento civil e principais obstáculos à sua aplicabilidade	382
2.6. Breve referência à adoção como forma de intervenção no contexto da violência parental	395
<i>Secção III – Da intervenção estadual meramente reparadora</i>	402
3.1. Da responsabilidade civil do progenitor pelos danos causados ao filho – o artigo 483.º do CC	402
3.2. A Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro, que estabelece o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado das indemnizações devidas às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica (breve referência)	408
<p>PARTE III</p> <p>CONSEQUÊNCIAS PARA O ESTADO PORTUGUÊS</p> <p>DA AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO OU DA INTERVENÇÃO</p> <p>INADEQUADA NA VIOLÊNCIA PARENTAL</p>	
Capítulo 1.º – Da responsabilidade civil do Estado português por ausência de intervenção ou intervenção inadequada na violência parental	415
1.1. Primeira abordagem ao problema...	415
1.2. A origem da questão da responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes da ausência de intervenção ou da intervenção inadequada no âmbito da violência parental em outros países: o caso <i>DeShaney</i> , nos EUA; o caso <i>Kevin</i> , na Alemanha; o caso <i>Elise Wats</i> e o <i>Bolderkar Affaire</i> , na Holanda	422

1.3. Da responsabilidade civil do Estado português por danos decorrentes da ausência de intervenção ou da intervenção inadequada no contexto da violência parental no exercício da função administrativa e jurisdicional	428
Capítulo 2.º – O TEDH e a sua função no controlo internacional da ausência de intervenção ou da intervenção inadequada do Estado na violência parental	447
2.1. Nota explicativa da epígrafe deste Capítulo	447
2.2. O TEDH e a violência parental	449
2.3. O caso <i>A. contra Reino Unido</i> – a primeira decisão do TEDH atinente à responsabilização estadual pela ausência de intervenção ou pela intervenção inadequada no domínio da violência parental	451
2.4. O caso <i>Pontes contra Portugal</i> – o Acórdão do TEDH de 10 de abril de 2012	454
2.4.1. Os factos do caso <i>Pontes contra Portugal</i>	455
2.4.2. O caso <i>Pontes contra Portugal</i> no TEDH	458
2.4.3. Apreciação crítica da intervenção do Estado português no contexto que motivou o caso <i>Pontes contra Portugal</i> no TEDH	460
2.4.4. A (ir)reversibilidade da sentença que decretou a adoção no caso <i>Pontes contra Portugal</i>	465
2.4.5. Nota conclusiva	471
Conclusões	473
Jurisprudência citada	481
Referências bibliográficas	485
Outros documentos	505